



DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

e

RELATÓRIO de GESTÃO do EXERCÍCIO de 2016

Índice

- 1.Introdução
- 2.Metodologia
- 3.Análise Económica
 - 3.1.Execução Orçamental
 - 3.1.1.Receita
 - 3.1.2.Evolução da Receita
 - 3.1.3.Despesa
 - 3.1.4.Evolução da despesa
 - 3.2.Equilíbrio Orçamental
 - 3.3.Saldo da Gerência
 - 3.4.Evolução da Execução Orçamental
 - 3.5.Evolução da Receita e da Despesa
 - 3.6. Evolução
 - 3.6.1.** Evolução das Receitas face ao ano anterior
 - 3.6.2.** Evolução das Despesa face ao ano anterior
 - 3.6.3.** Compromisso /Fundos Disponíveis
 - 3.6.3.1.Relação entre compromissos assumidos e compromisso pagos:
 - 3.6.3.2. Pagamentos em atraso
 - 3.7.Análise do Investimento
 - 3.7.1. Evolução do Investimento
 - 3.7.1.1.Evolução das Despesas de Investimento/Receitas de Capital/Despesa de Capital
 - 3.8.Indicadores de Análise de Execução Orçamental
 - 3.9.Afectação do Fundo Social Municipal
 - 3.10.Recursos Humanos
 - 3.10.1.Despesas com pessoal
 - 3.10.2.Evolução da despesa em RCP's (Remunerações certas e permanentes)
 - 3.10.3.Evolução do Pessoal ao serviço
 - 3.10.4.Distribuição de trabalhadores por relação jurídica de emprego público
 - 3.10.5. Absentismo
 - 3.10.6. Formação
 - 3.11 - Prazo Médio de Pagamento
- 4.Indicadores de Análise da Contabilidade Patrimonial
 - 4.1.Análise do Balanço
 - Dividas a Terceiros de Curto Prazo
 - Desagregação da rubrica "Acréscimos e Deferimentos"
 - Desagregação da rubrica "Subsídios para investimento"
 - 4.2.Análise da Demonstração de Resultados
- 5.Endividamento
 - 5.1.Curto Prazo
 - 5.2.Médio e Longo Prazo
 - Mapa de encargos com Empréstimos 31 de Dezembro 2016
 - Mapa da evolução da dívida de MLP e Curto Prazo a 31 de Dezembro 2016
 - Processos judiciais em curso
 - 5.3.Limites da dívida total
 - Limite da dívida total para o ano de 2016

Apuramento da Dívida Total do Município em 31/12/2016

5.4. Valores a Receber de Terceiros

6. Grandes Opções do Plano

6.1. Plano Plurianual de Investimento

6.1. Plano Atividades Municipais

7. Conclusão

7.1. Proposta para aplicação do Resultado Líquido do exercício

7.2. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

ANEXOS

Mensagem da Presidente

Caros Deputados Municipais

Vem o executivo apresentar o Relatório Gestão e Contas do ano económico de 2016 a esta Assembleia Municipal.

Mais um ano em que diminuámos o endividamento até para além do que a lei obriga (10% do excesso de endividamento) e conseguimos um prazo médio de pagamento a fornecedores historicamente baixo de apenas 3 dias no final de 2016.

Conseguimos resolver o problema antigo, dos prejuízos das empresas municipais extinguindo a EDEAF e vendendo a Alfandegatur.

Fomos classificados pelo anuário financeiro de 2015, como o quinto melhor município do distrito no que à eficiência de gestão financeira diz respeito.

Apesar de todos os constrangimentos, como uma enorme dívida, muita não registadas vinda do executivo anterior, apesar das políticas de austeridade que penalizaram fortemente as transferências do Orçamento de Estado para os pequenos municípios (no final dos cortes que ocorreram de 2010 a 2014 ficamos com menos cerca de 1 milhão de euros anual de transferências penalizando assim fortemente a capacidade financeira do município, uma vez que cerca de 80% de todas as nossas receitas anuais são transferências do orçamento de estado), apesar de termos de pagar mais de 1 milhão de euros de processos em tribunal transitados do executivo anterior, apesar de termos de pagar mais de 1 milhão de euros por ano em juros e amortizações da dívida que herdamos, estamos no bom caminho, sendo o objectivo, que definimos desde o início dos nossos mandatos, reduzir a dívida e sair do excesso de endividamento sem deixar de investir. O investimento é fundamental para criar emprego e melhorar a qualidade de vida dos nossos munícipes.

O investimento em 2016 foi mais baixo em consequência da paralisa dos fundos comunitários em 2016 e só este ano estamos a realizar investimentos participados, retornando ao mesmo nível de investimento do quadro comunitário anterior de cerca de 1 milhão e meio de euros a dois milhões, anualmente.

Desenvolvemos políticas inovadoras no âmbito social, da igualdade de género, do ambiente, da qualidade e segurança, da participação dos cidadãos, da cultura e turismo e da transparência, o que nos permitiu arrecadar dois prémios no ano de 2016 (município do ano na categoria de pequenos municípios da região norte atribuído pela Universidade do Minho e prémio da igualdade de género atribuído pela CIG), recebemos ainda a bandeira verde atribuída pela ECOXXI, sendo o município do distrito de Bragança com melhor pontuação à frente de Bragança e Macedo de Cavaleiros e finalmente continuamos a liderar os municípios portugueses no índice de transparência tendo conseguido os 100 pontos este ano. Estamos pois todos de parabéns porque os resultados conseguidos são positivos para todos os alfandeguenses!

Município de Alfândega da Fé, abril de 2017

A Presidente da Câmara



Berta Nunes

1.Introdução

O Relatório de Gestão é um documento que tem por finalidade complementar os Documentos de Prestação de Contas e que irá disponibilizar aos potenciais utilizadores e destinatários um conjunto de elementos de carácter económico, funcional, operacional e social.

Assim, subjacente ao objetivo da sua elaboração, está o propósito de informar os seus destinatários e os cidadãos em geral, dado que é um direito que lhes assiste, porquanto tratando-se de serviço público, aqueles devem apreciar a atividade desenvolvida e avaliar a economia, a eficiência e a eficácia dos serviços prestados à comunidade, sempre numa perspetiva jurídica, política e social, uma vez que se trata da aplicação de dinheiros públicos na prossecução do interesse coletivo.

Em conformidade com as Instruções n.º 1/2001 - 2.ªS, emitidas pelo Tribunal de Contas através da Resolução n.º4/2001 - 2.ªSecção, publicada no D.R. n.º 1991, II Serie, de 18 de Agosto de 2001, com as alterações introduzidas pela Resolução nº 6/20013 - 2ª Secção e nos termos do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, Decreto - Lei n.º54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, Decreto-Lei nº 315/2000, de 2 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, um dos documentos de prestação de contas a apresentar pelas autarquias locais é o Relatório de Gestão, o qual deve ser elaborado de acordo com o estabelecido no ponto 13 do POCAL.

Face ao exposto, e no cumprimento da Lei, o presente documento constitui o relatório de Gestão de 2016. Este é um documento que evidencia a situação económica e financeira relativa ao exercício económico, espelhando a eficiência na utilização dos meios afetos à prossecução das atividades desenvolvidas pela entidade e a eficácia na realização dos objetivos inicialmente aprovados.

A redução de transferências do orçamento de estado a que os 308 municípios foram sujeitos, num total de 350 milhões de Euros, colocou os municípios em situação de stress financeiro, designadamente aqueles que se encontravam em situação de maior vulnerabilidade financeira.

A redução acumulada das transferências do OE desde 2010 até ao final de 2016, ascende, no caso do município de Alfândega da Fé, a € 4.657.620,98

ANO	Transferências do Estado - Fundos Municipais	Transferências do Estado - outras (FSM)	TOTAL DAS TRANSFERENCIAS OE	Redução (€ a)
2016	5 292 675,00 €	107 515,00 €	5 400 190,00 €	-625 394,00 €
2015	5 219 101,00 €	107 515,00 €	5 326 616,00 €	-698 968,00 €
2014	4.992.748,00 €	73.720,00 €	5.066.468,00 €	-959 116,00 €
2013	5.138.285,00 €	73.720,00 €	5.212.005,00 €	-813 579,00 €
2012	5.145.721,00 €	73.709,00 €	5.219.435,14 €	-806 148,86 €
2011	5.424.471,00 €	77.702,00 €	5.502.178,05 €	-523 405,95 €
2010 PEC 3	5.712.740,00 €	81.831,00 €	5.794.574,83 €	-231 009,17 €
2010 OE inicial	5.940.491,00 €	85.093,00 €	6 025 584,00 €	

a) Redução calculada tendo em conta o valor 2010 atribuído no OE inicial

De referir ainda que o município encontra-se vinculado ao “Programa de Apoio Municipal - PAM”, visado tacitamente pelo Tribunal de Contas em 21 de março de 2016.

Nos termos do nº 1, do artigo 23º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, o FAM e o Município de Alfândega da Fé acordam o seguinte:

-O PAM tem como objectivo principal, a redução do endividamento do Município, até ao limite previsto no nº 1 do artigo 52º da Lei nº 73/2014, de 3 de Setembro.

-Para cumprimento deste objectivo principal são definidas várias medidas acordadas entre o Município e o FAM nomeadamente os limites quantitativos trimestrais da execução orçamental da receita e de realização da despesa, assim como as medidas de consolidação orçamental, incluindo os impactos previstos e os respetivos prazos de vigência do PAM.

2. Metodologia

Os documentos de prestação de contas deverão dar uma imagem verdadeira e aderente à realidade de uma organização.

Constituído estes documentos um importante instrumento de apoio à gestão municipal, pretende-se que o mesmo, de uma forma rápida e simples, possam traduzir e visualizar as informações, através de mapas, gráficos e demais indicadores de análise apresentados, aquela que foi a atividade desenvolvida pelo Executivo, no quadro das suas atribuições e competências.

Na sua elaboração deverão ser observados determinados conceitos, princípios e normas que tenham determinadas características qualitativas, a fim de permitir que a informação disponibilizada seja compreensível pelos seus destinatários.

De entre esses conceitos destacam-se:

- ✓ **A relevância** - a informação tem de influenciar as decisões dos seus destinatários, ao ajudá-los a avaliar os acontecimentos passados, presentes e futuros, ou a confirmar ou corrigir a sua evolução.
- ✓ **A fiabilidade** - a informação tem que estar livre de erros materiais e de juízos prévios, devendo para esse efeito apresentar as operações e acontecimentos de acordo com a sua substância e realidade económico-financeira, coincidente com a sua forma legal.
- ✓ **A comparabilidade** - a informação deve registar as operações e acontecimentos de forma consistente e conforme e adotar a normalização, a fim de permitir a sua comparabilidade no tempo e com outras entidades com características similares.

Encontram-se elaborados de acordo com as normas estabelecidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo D.L. nº 54.º-A/99, de 22/2 e apresentados conforme estabelece a Resolução do tribunal de Contas n.º 4/2001 – 2.ª Secção, que aprovou as instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo POCAL, publicadas no DR. N.º 191-II série, de 18 de Agosto de 2001.

Os documentos de prestação de contas, sendo fundamentais para o controlo e gestão das autarquias locais, devem traduzir fielmente a execução orçamental, patrimonial e económica dos documentos inicialmente aprovados, designadamente os previsionais, que consubstanciam os fundamentos para o desenvolvimento da atividade municipal.

Deste modo, nos termos do disposto na al. j) do n.º 1 do rt. 35.º, anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submete-se à aprovação do executivo os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão relativos ao ano financeiro de 2016, de harmonia com o estipulado na al. i) do n.º 1 do art. 33.º do mesmo anexo.

Nos termos da al. l) do n. 2 do art. 25.º do anexo da referida Lei, os Documentos de Prestação de Contas, são apreciados e votados pela Assembleia Municipal, devendo ser enviados ao Tribunal de Contas até 30 de Abril, de acordo com o determinados no n.º 4 do artigo 52.º da lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, na redação introduzida pela Lei nº 48/2006, de 29 de Agosto.

3. Análise Económica

3.1. Execução Orçamental

Neste capítulo pretende-se proceder a uma breve síntese dos elementos relativos à execução orçamental de 2016, nomeadamente no que se refere ao comportamento e evolução do último quadriénio.

3.1.1. Receita

O orçamento previsional corrigido de **26.489.193,24** euros foi executado em de **26.492.454,42** euros, o que se podemos considerar sem margem para dúvidas um desempenho excelente.

Como se pode analisar pelo quadro seguinte, o total da receita arrecadada pelo município apresenta o montante de 26.492.454,42 euros, representando cerca de 100,01% de execução relativamente à previsão, dos quais 7.019.153,96 euros corresponde a receitas correntes e 19.472.555,07 euros a receitas de capital que acrescida do saldo da gerência do ano anterior no montante de 298.641,47 euros.

RECEITAS	Previsão Anual	Liquidada	Recebida	Tx real
Correntes	6.901.142,33	9.017.183,43	7.019.153,96	101,71%
Capital	19.587.860,91	19.523.184,76	19.472.555,07	99,41%
Outras	190,00	1.069,95	745,39	392,31%
Total	26.489.193,24	28.541.438,14	26.492.454,42	100,01%

Quadro 1

3.1.2. Evolução da Receita

A receita total sofreu um aumento em 2010 e 2013. No ano de 2011, 2012 e 2014, tais valores mantêm-se estáveis e dentro da normalidade. No ano de 2015 volta a ter um aumento significativo, bem como no ano de 2016.

O aumento verificado nos anos de 2010 e 2013, 2015 e 2016, está relacionado com a utilização do empréstimo de saneamento financeiro (2010), PAEL e reequilíbrio financeiro (2013), e renegociação de parte dos empréstimos ao abrigo da Adesão ao FAM (2015), e PAM – renegociação da dívida de MLP (2016).

Este aumento de receita não é real dado resultar de receita arrecadada para amortizar dívida no contexto da reestruturação da dívida a médio e longo prazo que o município tem vindo a fazer de forma a diminuir o peso dos juros da dívida herdada no orçamento municipal.

Ano	RECEITAS FISCAIS		VENDA DE BENS E SERVIÇOS		Transfer. do Estado - Fundos Municipais	Transfer. do Estado - outras	Transfer. - Financiamentos da União Europeia	Transferências - outras	TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS		PASSIVOS FINANCEIROS		OUTRAS RECEITAS a)		TOTAL DAS RECEITAS DO EXERCÍCIO	RECEITAS PRÓPRIAS		SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR
	Valor	% total	Valor	% total					Valor	% total	Valor	% total	Valor	% total		Valor	% total	
2010	498316,11	2,8%	299887,03	1,7%	5794565,00	167482,08	775423,93	20929,25	6758400,26	38,3%	9780000,00	55,4%	309121,73	1,8%	17645725,13	1107324,87	6,3%	1163,25
2011	640930,73	7,4%	508704,73	5,7%	5577748,00	162534,97	1007760,11	42518,27	6790561,35	75,6%	600000,00	6,7%	441819,32	4,9%	8982016,13	1591454,78	17,7%	80063,29
2012	678552,23	7,5%	535141,32	5,9%	5298766,20	225016,91	1599327,04	43386,07	7166496,22	79,6%	200000,00	2,2%	422406,92	4,7%	9002596,69	1636100,47	18,2%	40629,22
2013	813174,90	3,4%	469843,20	1,8%	5306593,00	158448,48	1056750,07	109571,45	6631363,00	25,4%	17166674,14	65,8%	1006952,49	3,9%	26088007,73	2289970,59	8,8%	84184,07
2014	653286,12	7,4%	471512,80	5,4%	5152683,09	368309,45	297646,96	165893,97	5984533,47	67,9%	1077811,62	12,2%	622604,46	7,1%	8809748,47	1747403,38	19,8%	304717,54
2015	713914,29	3,4%	467307,03	2,3%	5444115,00	242294,06	889677,77	191237,91	6767324,74	32,6%	11879406,27	57,2%	927848,87	4,5%	20755801,20	2109070,19	10,2%	253011,13
2016	752780,90	2,8%	450804,84	1,7%	5510881,00	47909,79	47023,94	168579,79	5774394,52	21,8%	18742701,53	70,7%	771772,63	2,9%	26492454,42	1975358,37	7,5%	298641,47

Quadro 2

3.1.3.Despesa

O valor global da despesa no ano de 2016 atingiu o montante de 26.489.193,24 euros, como se pode analisar pelo quadro seguinte, representando cerca de 99,64% de execução relativamente à previsão, dos quais 6.190.254,37 euros correspondem a despesas correntes e 20.204.799,17 euros a despesas de capital.

DESPESA	Previsão Anual	Comprometida	Paga	Tx real
Correntes	6.241.312,82	6.232.884,48	6.190.254,37	99,18%
Capital	20.247.880,42	20.247.542,99	20.204.799,17	99,79%
Total	26.489.193,24	26.480.427,47	26.395.053,54	99,64%

Quadro 3

Conforme quadros supra apresentados, no que respeita à execução orçamental os valores realizados durante o ano de 2016 demonstram que os objetivos e metas definidos e aprovados no orçamento inicial foram claramente superados.

No que concerne à receita, em termos globais, verifica-se uma execução de 101,01%, o que demonstra uma execução superior ao previsto.

A despesa no seu global apresenta uma execução de 99,64%, com um desvio relativamente à previsão inicial de 0,36%.

Nos termos do n.3 do art. 56.º da Lei n.º 73/2013, de 3/9, no caso de o município registar durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista no orçamento inferior a 85% são informados os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, que informam os respetivos membros na primeira reunião ou sessão seguinte.

Perante o exposto está claramente demonstrado que o município apresenta uma execução da receita superior aos 85% da receita prevista, não estando desta forma sujeita a qualquer alerta precoce de desvios.

3.1.4.Evolução da despesa

A despesa total apresentou crescimento em 2010, 2013, 2015 e em 2016. O crescimento verificado tem a ver com a utilização do empréstimo de saneamento financeiro (2010), PAEL e reequilíbrio financeiro (2013), e renegociação de empréstimos ao abrigo da adesão ao FAM (2015), PAM-renegociação da dívida de MLP (2016).

O fenómeno de decréscimo verificado nos anos de 2011, 2012 e 2014 está relacionado com a política de contenção orçamental implementada pela Autarquia e em resultado do pagamento de dívida, no quadro dos programas de saneamento financeiro, PAEL e reequilíbrio financeiro.

Importa referir que o aumento da despesa não é real e advém da renegociação da dívida de médio e longo prazo e substituição dos empréstimos de MLP existente, por novos empréstimos com melhores condições.

Ano	PESSOAL		AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		ENCARGOS FINANCEIROS		AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS		PASSIVOS FINANCEIROS		OUTRAS DESPESAS		TOTAL DAS DESPESAS	SERVIÇO DA DÍVIDA	
	Valor	% total	Valor	% total	Valor	% total	Valor	% total	Valor	% total	Valor	% total	Valor	% total		Valor	% total
2010	2 924 879,42	16,6%	3 700 470,12	21,0%	946 960,46	5,4%	4 862 552,94	27,5%	2 476 775,91	14,0%	2 029 306,39	11,5%	75 943,34	4,7%	17 656 888,38	2 976 266,65	16,9%
2011	2 821 148,38	31,3%	1 608 015,44	17,8%	741 685,85	7,9%	1 581 668,46	17,5%	652 401,64	7,2%	12 12 064,68	13,4%	431 465,95	4,8%	9 021 450,20	1 926 750,53	21,4%
2012	2 493 862,72	27,8%	1 458 146,24	16,3%	689 609,46	7,7%	2 045 178,99	22,8%	535 438,14	6,0%	1 262 172,20	14,1%	474 634,79	5,3%	8 959 041,84	1 951 781,36	21,8%
2013	2 815 453,76	10,9%	2 836 444,78	11,0%	833 033,75	3,2%	2 659 736,89	10,3%	12 359 406,63	4,8%	14 270 124,05	55,2%	12 16 740,42	4,7%	25 867 474,26	15 103 157,80	58,4%
2014	2 855 129,30	31,7%	1 874 043,04	20,8%	1 189 229,74	13,2%	1 259 839,17	14,0%	1 110 978,51	12,3%	600 720,63	6,7%	129 733,67	1,4%	9 019 674,06	1 789 950,37	19,8%
2015	2 715 424,26	13,0%	2 205 923,41	10,6%	790 985,92	3,8%	1 384 485,23	6,6%	976 207,54	4,7%	12 602 133,05	60,4%	180 347,65	0,9%	20 855 507,06	13 393 188,97	64,2%
2016	2 889 723,90	10,9%	2 092 116,51	7,9%	447 857,04	1,7%	528 607,05	2,0%	823 177,20	3,1%	19 318 455,59	73,2%	295 116,25	1,1%	26 395 053,54	19 766 312,63	74,9%

Quadro 4

3.2. Equilíbrio Orçamental

Nos termos do artigo 40.º da Lei nº 73/2013, de 3/9, para o “Equilíbrio orçamental”:

1 – Os orçamentos das entidades do setor local prevêm as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

3-O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

4-Para efeitos do disposto no nº 2, considera-se amortizações medias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo numero de anos de contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.

O quadro seguinte demonstra o cálculo da verificação do equilíbrio orçamental do município de Alfândega da Fé a 31 de Dezembro de 2016:

Receita Corrente Executadas	Despesa Corrente Executada	Amortização Media	Valor apurado para verificação do equilíbrio orçamental	Excesso
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)=(4)-(1)
7.019.153,96	6.190.254,37	983 830,86	7.174.085,23	154.931,27

Quadro 5

Como se pode verificar pelo quadro anterior, a 31 de dezembro de 2016, não se verifica o cumprimento do equilíbrio orçamental previsto do artigo n.º 40 da lei n.º73/2013, de 3/9, sendo que, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Não se verifica o cumprimento deste preceito legal em consequência da elevada amortização média, que resulta da dívida a médio e longo prazo herdada do executivo anterior, sendo que a despesa corrente executada é inferior à receita corrente executada.

3.3. Saldo da Gerência

Do confronto de receitas e despesas realizadas, resulta um saldo orçamental de 97.000,02 euros e um saldo de gerência de 250.706,15 euros, que transitará para a gerência seguinte (2017).

Designação	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009
Saldo Corrente	828.899,59	590.387,35 €	65.996,48 €	-425.068,94 €	-119.748,04 €	-584.552,09 €	-4.995.614,00 €	-993.526,14 €
Saldo Capital	-732.244,10	-693.224,47€	-117.702,89 €	636.171,44 €	163.302,89 €	531.898,29 €	4.965.480,21 €	1.052.237,93 €
Saldo Gerência	97.000,02	-99.705,86 €	-51.706,41 €	220.533,47 €	43.554,85 €	-52.653,80 €	-30.133,79 €	58.711,79 €
Saldo da Gerência anterior	153.011,13	253.011,13 €	304.717,54 €	84.184,07 €	40.629,22 €	80.063,29 €	91.226,54 €	32.496,75 €
Saldo p/Gerência seguinte	250.706,15	153.305,27 €	253.011,13 €	304.717,54 €	84.184,07 €	40.629,22 €	80.063,29 €	91.226,54 €

Quadro 6

O saldo da gerência de 2016 é positivo no valor de € 250.706,15, cumprindo-se assim os bons princípios da execução orçamental.

3.4. Evolução da Execução Orçamental

Neste ponto pretende-se analisar a execução do orçamento o que se traduz na capacidade de desenvolver as acções necessárias à cobrança das receitas e à realização das despesas inscritas no orçamento para o ano económico de 2016.

Designação	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Despesa Corrente	99,18%	96,35%	90,10%	83,91%	74,19 %	86,73%	95,81%
Despesa de Capital	99,79%	99,43%	77,10%	94,13%	64,98 %	58,06%	62,77 %
TOTAL DA DESPESA	99,64%	98,45%	86,30%	91,10%	69,82 %	72,88%	77,48%
Receitas Corrente	101,71%	93,21%	89,70%	98,97%	72,14%	77,58%	46,58 %
Receita de Capital	99,41%	100,65%	84,50%	89,99%	68,55 %	67,04%	102,16 %
Outras Receitas	392,31%	87,78%	101,40 %	11,01%		203,38%	164,96%
TOTAL DA RECEITA	100,01%	97,98%	88,70 %	91,88%	70,16 %	72,56%	77,43 %

Quadro 7

Reportando a referida análise aos últimos anos verifica-se que a gestão de 2016 foi equilibrada e foi um o ano em que os valores executados se aproximaram mais do que inicialmente previsto em sede de orçamento municipal, sendo que na receita essa previsão foi superada.

3.5. Evolução da Receita e da Despesa

A análise da execução da receita e da despesa, face ao orçamento definido, bem com a sua comparação com os valores atingidos em anos anteriores, representa o principal objetivo deste relatório.

Designação	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009
Despesa Corrente	6.190.254,37	6.499.730,13	6.665.991,17	7.062.864,46	5.006.392,65	5.548.429,05	9.724.073,66	5.810.588,16
Despesa de Capital	20.204.799,17	14.355.776,93	2.353.682,89	18.804.609,80	3.952.649,19	3.473.021,15	7.932.814,72	6.992.855,14
TOTAL DA DESPESA	26.395.053,54	20.855.507,06	9.019.674,06	25.867.474,26	8.959.041,84	9.021.450,20	17.656.888,38	12.803.443,30
Receitas Corrente	7.019.153,96	7.090.117,48	6.731.987,65	6.637.795,52	4.886.644,61	4.963.876,96	4.728.459,66	4.817.062,02
Receita de Capital	19.472.555,07	13.662.552,46	2.228.967,30	19.440.781,24	4.115.952,08	4.004.919,73	12.898.294,93	8.040.986,39
Outras Receitas	745,39	3.131,26	7.012,70	9.430,97		13.219,13	18.970,54	4.124,68
TOTAL DA RECEITA	26.492.454,42	20.755.801,20	8.967.967,65	26.088.007,73	9.002.596,69	8.982.016,13	17.645.725,13	12.862.173,09

Quadro 8

Verifica-se assim, que no ano em análise (2016) as receitas e despesas apresentam uma execução fora do normal, porque foi efectuada a renegociação dos empréstimos de MLP, ao abrigo do PAM, ao qual o município está vinculado desde 21 de março de 2016, aquando da obtenção do visto tácito do TC, tal como aconteceu, nos anos de 2013, e no ano de 2010 devido a utilização do empréstimo de saneamento financeiro (2010), PAEL e reequilíbrio financeiro (2013).

3.7. Evolução

3.7.1. Evolução das Receitas face ao ano anterior

O mapa seguinte representa a evolução das receitas face ao ano anterior:

	2016	2015	Variação (€)	Taxa de crescimento (%)
Receitas correntes	Execução	Execução		
01 Impostos diretos	747.094,40	703 788,11	43.306,29	6,15
02 Impostos indiretos	5.686,50	10 126,18	-4.439,66	-43,84
03 Contribuição para a S. Social e C.G.A				
04 Taxas, multas e outras penalidades	414.764,48	384 891,04	29.873,44	7,76
05 Rendimentos de propriedade	317.373,98	84 766,35	232.607,63	274,41
06 Transferências correntes	5.198.103,58	5.164.499,06	33.604,52	0,65
07 Venda de bens e serviços correntes	297.242,24	286.986,52	10.255,72	3,57
08 Outras Receitas correntes	38.888,78	455.060,22	-416.171,44	-91,45
Total de receitas correntes	7.019.153,96	7.090.117,48	-70.963,52	-1,00

Quadro 9

Designação	2016	2015	Variação (€)	Taxa de crescimento (%)
	Execução	Execução		
Receitas de Capital				
09 Vendas de bens de investimento	153.562,60	180 320,51	-26.757,91	-14,84
10 Transferências de capital	576.290,94	1 602 825,68	-1.026.534,74	-64,05
11 Ativos financeiros				
12 Passivos financeiros	18.742.701,53	11 879 406,27	6.863.295,26	57,77
13 Outras receitas de capital				
Total de receitas de capital	19.472.555,07	13 662 552,46	5.810.002,61	42,53

Quadro 10

Ao nível das receitas correntes e em análise mais pormenorizada, verifica-se que os "Impostos diretos" apresentam uma taxa de crescimento de 6,15 %, sendo este crescimento originado pelo aumento das receitas de IMI.

No que se refere ao capítulo económico de "Taxas, multas e outras penalidades", verifica-se um aumento de 7,76%, originado pela Implementação do Regulamento de Taxas e Licenças e atualização das taxas e tarifas diversas.

Na rubrica Transferências correntes, verifica-se um aumento de 0,65 %.

A Rubrica de "Transferências de Capital", reflete uma redução de 64,05%.

A rubrica de Passivos Financeiros, apresenta um aumento de 57,77%, devido a aprovação do PAM-que inclui a renegociação dos empréstimos de MLP.

3.7.2. Evolução das Despesa face ao ano anterior

Analisando agora a taxa de crescimento da despesa, verifica-se uma redução de 4,76% nas despesas correntes e um aumento de 40,74% nas despesas de capital, face a execução do orçamento para 2015.

Designação	2016	2015	Variação (€)	Taxa de crescimento (%)
Despesas Correntes	Execução	Execução		
01 Despesas com pessoal	2.889.723,90	2 715 424,26	174.299,64	6,46%
02 Aquisição de bens e serviços	2.092.116,51	2 205 923,41	-113.806,90	-5,16%
03 Juros e outros encargos	445.857,04	790 985,92	-345.128,88	-43,63%
04 Transferências correntes	688.809,67	767 347,89	-78.538,22	-10,24%
05 Subsídios	0	1 200,00	-1.200,00	-100,00%
06 Outras despesas correntes	71.747,25	18 848,65	52.898,60	280,65%
Total de despesas correntes	6.190.254,37	6 499 730,13	-309.475,76	-4,76%

Quadro 11

No que concerne as despesas com pessoal verifica-se um aumento de 6,46%, sendo que este aumento advém da obrigação de assumir determinadas disposições legais, bem como a integração dos funcionários da empresa Municipal EDEAF, pelo facto de terem sido celebrados em agosto de 2013, acordos de cedência de interesse público com 12 trabalhadores da EDEAF, na sequência da deliberação da Assembleia Municipal de 23.02.2013, que aprovou a dissolução daquela empresa municipal, bem como a internalização da sua atividade nos serviços do Município, tudo de acordo com o determinado nos arts. 61º/2 e 12, 65º e 70º/3, 4 e 5, da Lei 50/2012, de 31 de agosto.

A rubrica de Aquisição de bens e serviços demonstra uma redução de 5,16%, fruto do empenho e rigor na gestão de compras, bem como na monitorização permanente das despesas desta natureza.

A rubrica de juros e outros encargos tem uma redução de 43,63%, fruto da obtenção do Visto Tácito a 21 de março de 2016 pelo Tribunal de Contas, do Programa de ajustamento municipal – que inclui a renegociação dos empréstimos de MLP existentes, que originou uma descida da taxa de juros e spread muito significativa e conseguinte uma poupança que se reflecte nos encargos com juros.

As rubricas de Transferências correntes apresentam uma redução de 10,24%, embora o concelho e o país em geral continuem atravessar um período difícil, durante o ano de 2016, verificou-se a redução dos pedidos de apoio solicitados.

Na rubrica “outras despesas correntes” verifica-se um aumento de 280,68%, fruto das obrigações relacionadas com custas processuais em tribunal, bem como o pagamento de decisões dessas acções.

Designação	2016	2015	Variação (€)	Taxa de crescimento (%)
Despesas de Capital	Execução	Execução		
07 Aquisição de bens de capital	528.607,05	1 384 485,23	-855.878,18	-61,82%
08 Transferências de capital	134.367,53	207 659,65	-73.292,12	-35,29%
09 Ativos Financeiros	223.369,00	161 499,00	61.870,00	38,31%
10 Passivos Financeiros	19.318.455,59	12 602 133,05	6.716.322,54	53,30%
11 Outras despesas de capital	0	0		
Total das despesas de capital	20.204.799,17	14.355.776,93	-5.849.022,24	-40,74%

Quadro 12

Quanto à rubrica de aquisição de bens de capital verifica-se uma redução de 61,82%, devido à redução de obras participadas com fundos comunitários, bem como o cumprimento dos limites imposto do Programa de ajustamento municipal.

As transferências de capital apresentam um decréscimo de 35,29%, fruto da redução das transferências efectuadas para várias entidades.

Verifica-se ainda um aumento dos ativos financeiros de 38,31%, fruto do aumento de capital/transferências efetuadas para a empresa municipal Alfandegatur.

Também os passivos financeiros apresentam um aumento de 53,30% com origem na aprovação e obtenção do visto ao Programa de ajustamento municipal-que inclui a renegociação de passivos de MLP.

3.7.3. Compromisso /Fundos Disponíveis

Na sequência do disposto no n.º1 do artigo 46.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (LOE2016), na determinação dos fundos disponíveis das entidades do subsector local, incluindo as entidades públicas reclassificadas neste subsector, devem ser consideradas as verbas disponíveis relativas aos **seis meses** seguintes, referidas nas subalíneas i), ii) e iv) da alínea f) do artigo 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, e nas alíneas a), b) e d) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, republicado pelo Decreto -Lei n.º 99/2015, de 2 de junho.

O n.º2 do referido preceito legal define que as entidades referidas no n.º 1 que tenham pagamentos em atraso em 31 de dezembro de 2015, a previsão da receita efetiva própria a cobrar nos seis meses seguintes, prevista na subalínea iv) da alínea f) do artigo 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, tem como limite superior 85 % da média da receita efetiva cobrada nos dois últimos anos nos períodos homólogos, deduzida dos montantes de receita com carácter pontual ou extraordinário. (Não é o caso do município de Alfândega da Fé)

Na sequência da alteração introduzida à alínea iii) do artigo 3.º da Lei n.º8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, consideram-se fundos disponíveis as verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem, quando aplicável e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos, a receita efetiva própria que tenha sido cobrada, incluindo a receita de ativos e passivos financeiros, ou recebida como adiantamentos.

3.6.3.1. Relação entre compromissos assumidos e compromisso pagos:

Designação	31-12-2016	31-12-2015
Compromissos assumidos	26.480.427,47 €	21.182.069,27 €
Compromissos pagos	26.395.053,54 €	20.855.507,06 €
Diferença	85.373,93 €	326.656,21 €

Quadro 13

Da análise do quadro supra, constata-se que no ano de 2016, foram assumidos compromisso no valor total de 26.480.427,47 euros, dos quais foram pagos compromisso no valor de 26.395.053,54 euros, pelo que o valor dos compromissos assumidos e não pagos no final de 2016 atingiu o montante de 85.373,93 euros, transitando estes para a gerência seguinte.

Pode-se ainda analisar, que os compromissos assumidos e não pagos no final de 2016 são inferiores aos compromissos assumidos e não pagos no ano anterior.

Nos termos do artigo 7.º da LCPA, as entidades não podem aumentar os pagamentos em atraso.

Os pagamentos em atraso, são as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes (al. e) do art.º 3.º da LCPA).

O quadro que se segue demonstra o total dos pagamentos em atraso a 31 de Dezembro de 2016 e respetiva evolução de 2012 a 2016:

3.6.3.2. Pagamentos em atraso

	Contas a pagar	Pagamentos em atraso				Total
		Mais de 90 dias e menor ou igual a 120 dias	Mais de 120 dias e menor ou igual a 240 dias	Mais de 240 dias e menor ou igual a 360 dias	Mais de 360 dias	
31-12-2016	- €					
2015	252 106,11€					
2014	3 378 813,17€	1 373,52€	49 928,04€	2 010,87€	14 740,37€	68 052,80€
2013	748 397,46€	26 645,11€	74 579,38€	68 836,79€	252 956,66€	423 017,94€
2012	2 666 008,10€	37 830,39€	512 951,97€	312 841,48€	702 507,40€	1 566 131,24€
Variação 2012 - 2016	- 2 583 143,94 €	- 37 830,39 €	- 512 951,97 €	- 312 841,48 €	- 702 507,40 €	- 1 566 131,24 €

Quadro 14

Da análise efetuada **depreende-se que a 31 de Dezembro de 2016 o município de Alfândega da Fé não apresenta quaisquer pagamentos em atraso.**

3.7. Análise do Investimento

3.7.1. Evolução do Investimento no último quadriénio

Na gerência de 2016 e conforme abaixo se demonstra, as receitas de capital foram superiores às despesas de investimento. Referir que o valor apresentado na gerência de 2016 advém da aprovação e obtenção do visto do Programa de ajustamento municipal (com a renegociação de toda a dívida de MLP) e respectiva arrecadação da receita dos empréstimos renegociados, já na despesa é fruto da substituição/amortização dos empréstimos de médio e longo prazo renegociados.

Designação	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Despesas de Investimento	528.607,05	1.384.485,23	1.259.839,17	2.659.736,89	2.045.178,59	1.581.668,68	4.862.552,94
Receitas de Capital	19.472.555,07	13.662.552,46	2.228.967,30	19.440.781,24	4.115.952,08	4.004.919,44	12.898.294,93
Despesas de Capital	20.204.799,17	14.355.776,95	2.353.682,89	18.804.609,80	3.952.649,19	3.473.021,15	7.932.814,72

Quadro 15

3.7.1.1. Evolução das Despesas de Investimento/Receitas de Capital/Despesa de Capital

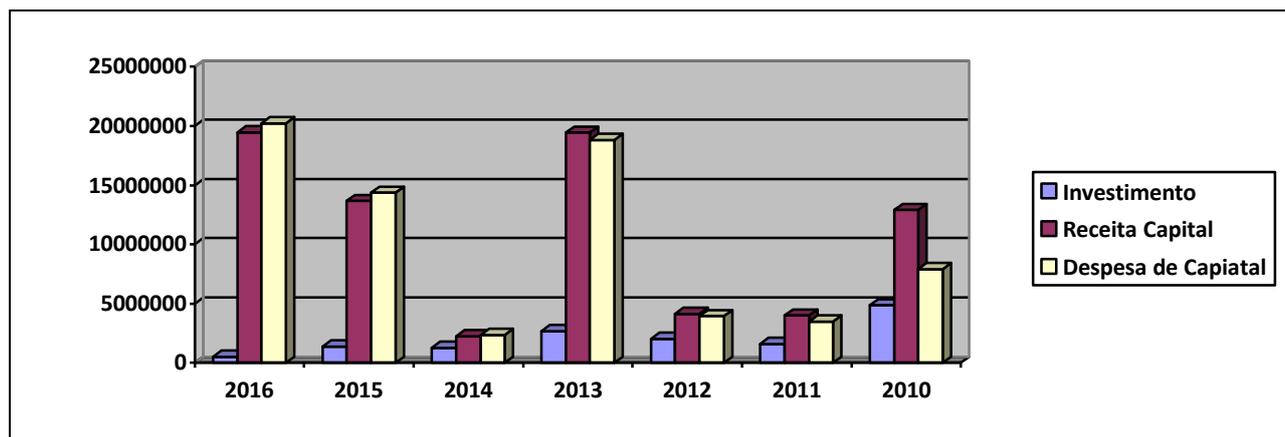


Gráfico3

Nas despesas de investimento estão incluídas todos os projetos e ações realizados por investimentos, classificadas da Rubrica "07- Aquisição de bens de Capital" (PPI).

As despesas de capital incluem todas as despesas de investimentos e as demais rubricas de capital, tais como "Transferências de capital" (inclui transferências para financiar despesas de capital - protocolos), "Ativos Financeiros" (inclui as transferências para as empresas municipais - cobertura de prejuízos/aumentos de capital), e "Passivos Financeiros" (compreende as operações financeiras, englobando as de tesouraria, curto prazo, e as de médio e longo prazo).

Temos ainda a referir que o ano de 2016 foi um ano excepcional, dado que desde 21 de março de 2016, após obtenção do visto tácito ao Programa de ajustamento municipal, pelo Tribunal de Contas, foi efectuada a renegociação dos empréstimos de médio e longo prazo, o que deu origem a uma poupança significativa nos encargos com juros.

3.8. Indicadores de Análise de Execução Orçamental

São apresentados de seguida, alguns indicadores orçamentais:

Rácio	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Peso da receita total na despesa total	100,37%	99%	103%	101%	100%	99%	99%
Peso da receita corrente na despesa corrente	113,39%	117%	101%	94%	82%	89%	48%
Peso da receita de capital nas despesas de capital	96%	94%	95%	103%	104%	115%	162%
Peso das receitas próprias na despesa total	7,48%	10%	19%	9%	17%	12%	3%
Peso dos passivos financeiros na despesa total	73,18%	56%	1%	55%	2%	6%	54%

Quadro 16

3.9. Afecção do Fundo Social Municipal

O Fundo Social Municipal (FSM) constitui uma transferência financeira do Orçamento do Estado consignada ao financiamento de despesas relativas a atribuições e competências dos municípios associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na ação social conforme estabelecido no n.º 1 do artigo 30.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais - RFAL).

Municípios	Verbas atribuídas FSM/OE 2016 (€)	Total das despesas	Percentagem
		Elegíveis FSM em 2016 (€)	Justificada até 31 de Dezembro de 2016 (%)
	(1)	(2)	(3)=(2)/(1)*100
ALFÂNDEGA DA FÉ	107.515,00 €	318.164,53 €	295,92%

Quadro 17

A receita do Orçamento de Estado, no valor de 107.515,00 euros, não comportou os encargos que a Câmara Municipal teve com despesas de educação durante o ano de 2016.

Isto significa que a autarquia está a fazer um esforço na área da educação muito superior às transferências do estado para este fim pelo Fundo Social Municipal, pelo que o mesmo deveria ser reforçado, tanto mais que neste momento as autarquias estão assumir custos sociais e de saúde que são da responsabilidade do poder central sem ter a respectiva contrapartida financeira.

Como se pode verificar pelo quadro supra apresentado, no ano de 2016, o município efectuou pagamentos de despesas com educação (alimentação, transportes, auxiliares, professores de actividades extra curriculares...) num valor equivalente a 295,92% das verbas anuais que o Estado transfere para o município, ou seja, verifica-se um défice de 210.649,53 euros.

3.10. Recursos Humanos

3.10.1. Despesas com pessoal

A evolução das despesas com pessoal das autarquias locais conforme art. 78.º da Lei nº 73/2013 de 3/09, os municípios deverão reportar trimestralmente à DGAL, através da aplicação SIAL, informação relativa às despesas com pessoal, bem como a fundamentação de eventuais aumentos.

Despesas com pessoal	Final período	Final período	Comparação
	Ano 2015	Ano 2016	
	(1)	(2)	(3)=(2)-(1)
Despesas com pessoal (total do agrupamento 01)	2.715.424,26	2.889.723,90	174.299,64

Quadro 18

Verifica-se um aumento no valor de 174.299,64 €, em comparação com o período homólogo do ano anterior.

3.10.2. Evolução da despesa em RCP's (Remunerações certas e permanentes)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Remunerações Certas e Permanentes	2.290.186,22	2.302.771,78	2.270.232,54	1.990.050,31	2.195.085,97	2.170.879,19	2.034.111,15	2.120.105,25

Quadro 16

Informar que, em Agosto de 2013 efectuou-se a **integração do pessoal da empresa municipal EDEAF** pelo facto de terem sido celebrados 12 acordos de cedência de interesse público envolvendo 12 trabalhadores da EDEAF. Esse facto explica o crescimento do número de efetivos em 2013 e o aumento da despesa nos anos seguintes.

Durante o ano de 2015 concluiu-se o recrutamento excecional de 19 trabalhadores, cujos contratos a termo tinham terminado, tendo por isso sido necessário abrir concurso para esses lugares, os quais foram devidamente aprovados e que se discriminam:

-Onze postos de trabalho aprovados por despacho dos Senhores Secretário de Estado da Administração Local, de 09/05/2014, e Secretário de Estado da Administração Pública nº 3232/20014-SEAP, de 29/08/2014; e

- Oito postos de trabalho aprovados por despacho dos Senhores Secretário de Estado da Administração Local, de 03/04/2014 e do Secretário de Estado da Administração Pública nº 3231/20014-SEAP, 29/08/2014

O aumento que se verifica face a 31 de dezembro de 2015, tem origem na regularização/contratação de alguns colaboradores integrados nos concursos realizados e devidamente aprovados pelos membros do Governo, como referido anteriormente, e que se realizaram no decorrer do ano de 2015, sendo apenas evidente esse aumento dos custos no ano de 2016.

Principais ocorrências que se verificam no decorrer do ano de 2016:

- **Uma rescisão de mútuo acordo**, da Coordenadora Técnica dos Recursos Humanos, com efeitos a 1 de janeiro de 2016, que deu origem ao pagamento de uma indemnização no montante de €51.009,29.
- Teve impacto o **aumento do salário mínimo nacional** que subiu de 505,00€ para os 530,00€ em 1 de janeiro de 2016, de acordo com o definido no DL nº 254-A/2015, de 31 de dezembro.
- Pesa neste aumento a **reversão da redução remuneratória por imposição legal**. Sendo que a reposição total de salários no Estado ocorreu a 1 de outubro de 2016. Esta consequência resulta da aplicação da Lei nº 159-A/2015, de 30 de dezembro relativa à Extinção da redução remuneratória na Administração Pública.

3.10.3. Evolução do Pessoal ao serviço

	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2014	31-12-2015	31-12-2016
Pessoal Serviço *	164	160	158	150	155	133	150	144

Quadro19

Em 2016, verifica-se uma redução de colaboradores face a 31 de dezembro de 2015.

De referir ainda que, o previsto no PAM é que em final de 2016 o município não pode ter mais de 153 colaboradores ao serviço; nesta data o número de trabalhadores é inferior ao previsto no PAM.

Principais ocorrências:

- Uma rescisão de mútuo acordo, do Coordenador Técnico dos Recursos Humanos, com efeitos a 1 de janeiro de 2016;
- Encontra-se a decorrer um procedimento concursal comum para a constituição jurídica de emprego público por tempo indeterminado de um assistente operacional / telefonista;
- Saída de 2 técnicos superiores em mobilidade;
- Saída por Aposentação de 3 Assistentes Operacionais;
- Regresso de 2 Assistentes Operacionais que se encontravam com Licença sem Remuneração;
- Encontra-se a decorrer um procedimento concursal comum para constituição jurídica de emprego por tempo indeterminado para 3 técnicos superiores;
- Um técnico superior em mobilidade para o exterior, não consolidada;
- Um Técnico de Informática Adjunto em mobilidade para o exterior, não consolidada.

3.10.4. Distribuição de trabalhadores por relação jurídica de emprego público

O quadro que se segue demonstra o número de trabalhadores do Município existentes em 31 de Dezembro de 2016. Da sua análise, constata-se que nessa data, o total de trabalhadores era de 144 trabalhadores cuja relação jurídica de emprego público é o contrato individual de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e a termo resolutivo certo.

O quadro seguinte demonstra ainda distribuição dos trabalhadores municipais pelas respectivas carreiras e ou categorias nas modalidades de contrato em funções públicas por tempo indeterminado e a termo resolutivo certo.

Distribuição de trabalhadores por carreira/categoria 31-12-2016					
Categoria/carreira	Relação jurídica de emprego público				
	CTFP/CTTI		CTFP/CTTRC		Total
	nº	obs	nº	obs	
Dirigentes de 2º Grau	3				3
Técnico Superior	14		8*		27
Coordenador Técnico	6				6
Assistente Técnico	13		4**		17
Encarregado Operacional	6				6
Assistente Operacional	61				62
Fiscal Municipal	3				3
Informática	6				6
Assistente operacional AECs	13				14
Professores e educadores infância AECS	7				8
Total	132		12		144

* Contabilizados 6 TS CCIP ex-EDEAF+ 2 TS cargos pol

** Contabilizados 2 AT CCIP Ex-EDEAF + 2 Cargos Políticos

*** Não estão contabilizados os 3 membros do Executivo
Quadro 20

3.10.5. Absentismo

Analisado o quadro seguinte, verifica-se que no ano de 2016, as faltas por doença (até 30 dias) e por doença prolongada (> 30 dias) representam o maior número de faltas ao serviço.

Quadro 15 - Contagem dos dias de ausência											
		Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Casamento	H					15					15
	M			15							15
	Total			15		15					30
Protecção na Parentalidade	H			35	30	24		31		22	142
	M			99	117						216
	Total			134	147	24		31		22	358
Falecimento de Familiar	H			3	3	13		4			23
	M			13		3					16
	Total			16	3	16		4			39
Doença	H		13,5	81	70	584,5		1,5		65	815,5
	M		1,5	355	9,5	138					504
	Total		15	436	79,5	722,5		1,5		65	1319,5
Por acidente em serviço ou doença profissional	H										0
	M										0
	Total										0
Assistência a familiares	H		5	11	4	21		13			54
	M		4	45	41	11					101
	Total		9	56	45	32		13			155
Trabalhador Estudante	H										0
	M			3	6						9
	Total			3	6						9
Por conta do período de férias	H		3	12	28	43		6		14	106
	M		5	45,5	10	31,5					92
	Total		8	57,5	38	74,5		6		14	198
Com perda de vencimento	H					276					276
	M										0
	Total					276					276
Cumprimento de pena disciplinar	H										0
	M										0
	Total										0
Greve	H										0
	M										0
	Total										0
Injustificadas	H										0
	M										0
	Total										0
Outros	H			2	30	30,5		1		1	64,5
	M		1	2,5	9,5	3					16
	Total		1	4,5	39,5	33,5		1		1	80,5
Total	H	0	21,5	144	165	1007	0	56,5	0	102	1496
	M	0	11,5	578	193	186,5	0	0	0	0	969
	Total	0	33	722	358	1193,5	0	56,5	0	102	2465

Quadro 21

3.10.6. Formação

Durante o ano de 2016 foi proporcionada a participação em ações formação profissional, aos trabalhadores municipais, adequadas à sua qualificação, nas diversas áreas, organizadas por entidades externas ao Município, designadamente pela AMTQT- Associação de Município da Terra Quente e pelo IGAP – Instituto de Gestão e Administração Pública, e pelo próprio Município, o quadro seguinte demonstra as ações de formação profissional realizadas por duração:

Contagem das ações de formação profissional por tipo segundo a duração da ação					
	Menos de 30 Horas	De 30 a 59 Horas	De 60 a 119 Horas	120 Horas ou mais	Total
Nº total de ações	49		2		51
Nº total de ações internas	13				13
Nº de ações externas	36		2		38

Quadro 22

No quadro apresentado a seguir, é demonstrada a participação em ações de formação profissional por cargo/carreira:

Contagem dos participantes em ações de formação profissional por cargo / carreira segundo o tipo de ação										
	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Nº de participantes em ações internas		3	31	42	40					116
Nº de participantes em ações externas		14	28	22	10					74
Nº Total de participantes		17	59	64	50					190

Quadro 23

3.11 - Prazo Médio de Pagamento

A fórmula de cálculo do PMP é a do indicador definido nos termos do n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de Abril, no DR n.º 71, 2ª série Parte C.

Os dados utilizados foram retirados da aplicação informática SIAL, de acordo com a informação reportada pelo município.

O quadro seguinte demonstra a evolução do prazo meio de pagamento do município de Alfândega da Fé.

	30-09-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2014	31-12-2015	31-12-2016
Prazo médio de pagamento - evolução	919 dias	86 dias	65 dias	100 dias	57 dias	11 dias	19 dias	3 dias

Quadro 24

O prazo médio de pagamento em 31 de dezembro de 2016 é de 3 dias, como se pode verificar no quadro apresentado e pode ainda ser confirmado no reporte de informação efetuado no SIAL – Portal Autárquico.

No final de 2016 conseguimos um prazo médio de pagamento excepcionalmente baixo o que se traduz em benefício para a economia por pagamento atempado aos fornecedores o que sempre foi uma das nossas preocupações principais.

Demonstração gráfica da evolução do PMP

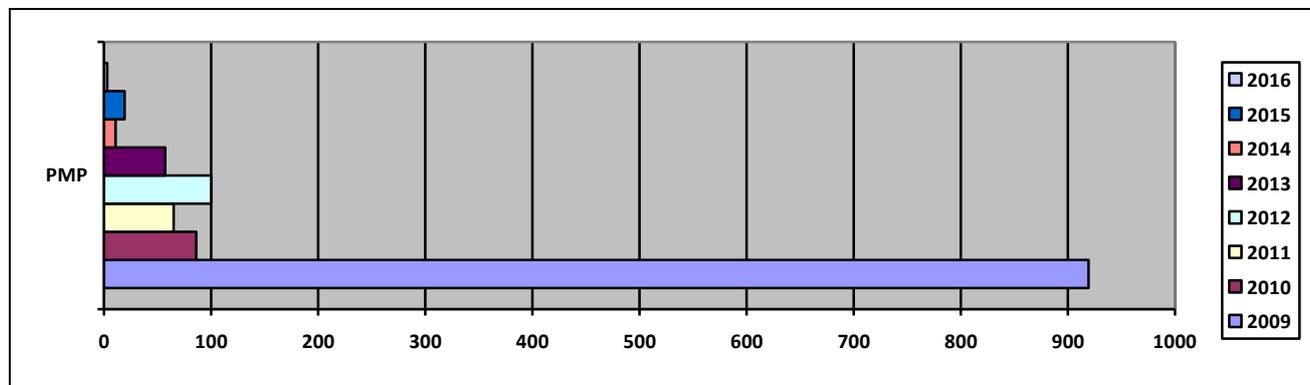


Gráfico 4

4. Indicadores de Análise da Contabilidade Patrimonial

A execução orçamental reflete a receita e a despesa de determinado exercício económico, o Balanço e a Demonstração de Resultados espelham a comparação entre o passivo e o ativo do património do Município e a evidenciação dos custos e proveitos incorridos e obtidos em cada exercício económico, bem como resultado apurado, ou seja, demonstram os seus bens, direitos e obrigações.

4.1. Análise do Balanço

O balanço é o documento contabilístico base para análise da situação económico - financeira do Município. Deste modo considerando a informação plasmada nos Balanços dos anos 2015 e 2016, foi elaborado o quadro abaixo, onde se demonstra a estrutura patrimonial do Município bem como a sua evolução entre os exercícios de 2015 e 2016.

Descrição	2016		2015		Variação	
	Valor AL	%	Valor AL	%	Valor	%
Imobilizado:						
Bens de Domínio Publico	42 177 205,40 €	64,50	16 882 078,55 €	39,8	25 295 126,85	149,83
Imobilizações Incorpóreas	43 047,84 €	0,07	45 283,82 €	0,11	-2 235,98	-4,94
Imobilizações Corpóreas	14 406 441,60 €	22,03	16 057 571,75 €	37,85	-1 651 130,15	-10,28
Investimentos Financeiros	5 964 857,41 €	9,12	6 618 119,72 €	15,6	-653 262,31	-9,87
Ativo Circulante:						
Existências	123 570,76 €	0,19	104 944,20 €	0,25	18 626,56	17,75
Dívidas de terceiros – médio e longo prazo						
Dívidas de terceiros – curto prazo	2 203 733,15 €	3,37	2 339 672,87 €	5,52	-135 939,72	-5,81
Títulos negociáveis						
Depósitos em instituições financeiras e caixa	383 886,75 €	0,59	298 641,47 €	0,7	85 245,28	28,54
Acréscimos e diferimentos	87 026,32 €	0,13	73 993,41 €	0,17	13 032,91	17,61

Total do Ativo	65 389 769,23 €	100	42 420 305,79 €	100	22 969 463,44	54,15
Fundos Próprios:						
Património	41 665 249,21 €	110,78	15 617 857,71 €	116,24	26 047 391,50	166,78
Ajustamentos de partes de capital em empresas						
Reservas	785 885,41 €	2,09	785 885,41 €	5,85	0,00	0,00
Subsídios						
Doações	329 031,91 €	0,87	327 581,91 €	2,44	1 450,00 €	0,44
Resultados Transitados	-4 781 314,86 €	-12,71	-3 667 795,25 €	-27,3	-1 113 519,61	30,36
Resultado líquido do Exercício	-387 751,59 €	-1,03	372 442,78 €	2,77	-760 194,37	-204,11
Total dos Fundos Próprios	37 611 100,08 €	100	13 435 972,56 €	100	24 175 127,52	179,93
Passivo:						
Provisão para riscos e encargos	274 322,75 €	0,99	286 734,78 €	0,99	-12 412,03 €	-4,33
Dívidas a terceiros de médio e longo prazo	18 619 262,44 €	67,03	19 195 016,50 €	66,23	-575 754,06 €	-3,00
Contribuição para o FAM	293 347,10 €	1,06	352 016,10 €	1,21	-58 669,00 €	-16,67
Dívidas a Terceiros – curto prazo	134 345,21 €	0,48	507 347,55 €	1,75	-373 002,34 €	-73,52
Acréscimos e Diferimentos	8 457 391,65 €	30,45	8 643 218,30 €	29,82	-185 826,65 €	-2,15
Total do Passivo	27 778 669,15 €	100	28 984 333,23 €	100	-1 205 664,08	-4,16
Total dos Fundos Próprios e do Passivo	65 389 769,23 €	100	42 420 305,79 €	100	22 969 463,44	54,15

Quadro 25

O conjunto de Bens e Direitos que compõem o Ativo do Município em 31 de Dezembro de 2016 totalizam **65.389.769,23** euros.

Para o aumento registado contribuiu, actualização da Barragem da Camba conforme valor patrimonial atribuído pela AT – Autoridade tributaria e aduaneira, no monte de 30.001.410,00 euros.

No que respeita ao Passivo do Município, em 31 de Dezembro de 2016 o montante apurado cifra-se em 27.778.669,15 euros, registando um decréscimo na ordem dos 4,16 % relativamente ao ano transato. (O passivo inclui a dívida MLP, Provisões, Acréscimos e diferimentos, dívidas de curto prazo e a contribuição par o FAM).

Pode ainda analisar-se que a dívida de médio e longo prazo, apresenta uma redução de 3,00 % e a dívida a terceiros de curto prazo uma redução de 73,52 %

O quadro seguinte mostra os subsídios para investimentos anteriores a 2010 que não tinham sido devidamente contabilizados, e no ano de 2016 foram regularizados:

Descrição do Investimento	Valor
Avenida de ligação Vale Telheiro-portela	682.888,61 €
Construção de ETARs em diversas Freg. 2ª Fase	556.417,65 €
Construção de ETARs em diversas Freg – 1ª Fase	329.854,57 €
Total	1.569.160,83€

Quadro 26

A rubrica de " Dividas a Terceiros de Curto Prazo" incorpora as seguintes sub-rubricas

	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Empréstimos de curto prazo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	100.000,00 €
Fornecedores c/c	0,00 €	258.715,34 €	513.646,11 €	396.820,33 €	2.175.017,74 €	1.456.338,46 €
Fornecedores – faturas em receção e conferência	0,00 €	65.907,48 €	2.472,98 €	23.350,47 €	52.801,22 €	164.315,08 €
Fornecedores de Imobilizado c/c	0,00 €	0,00 €	0,00 €	61.893,40 €	0,00 €	0,00 €
Fornecedores de leasing	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Estados e outros entes públicos	39.646,83 €	39.909,40 €	35.625,69 €	43.612,96 €	39.496,13 €	41.943,85 €
Outros Credores	92.003,57 €	133.240,07 €	240.774,16 €	691.584,86 €	766.501,54 €	932.005,18 €
Garantias e cauções	2.694,81 €	9.575,26 €	5.984,86 €	5.984,86 €	9.781,17 €	13.942,51 €
Total	134.345,21 €	507.347,55 €	798.503,80 €	1.223.246,88 €	3.043.597,80 €	2.708.545,08 €

Quadro 27

Desagregação da rubrica "Acréscimos e Deferimentos"

Designação	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Remunerações a liquidar	258.803,60 €	113.802,90 €	124.064,98 €	140.684,69 €	141.327,19 €	136.344,96 €
Juros a liquidar	43.349,29 €	38.561,00 €	35.081,22 €	45.929,13 €	25.644,76 €	40.207,53 €
Outros acréscimos de custos	67.124,80 €	950.993,38 €	27.875,65 €	0,00 €	284.258,60 €	661.114,98 €
Subsídio para investimento	8.088.113,96 €	7.479.492,62 €	6.461.937,04 €	4.419.007,76 €	3.509.010,12 €	3.023.860,47 €
Outros proveitos diferidos		60.368,40 €				
TOTAL	8.457.391,65 €	8.643.218,30 €	6.648.958,89 €	4.605.621,58 €	3.960.240,67 €	3.861.527,94 €

Quadro 28

Desagregação da rubrica "Subsídios para investimento":

Designação	2016	2015	2014	2013	2012	
Candidatura nº 048080/2011/65 - ações inv. Sensibilização	0,00 €	0,00 €	0,00 €	122.581,47 €	127.268,58 €	
CANDIDATURA Ordenamento e Recuperação de Povoamento -PRODER	0,00 €	223.769,18 €	223.769,18 €	0,00 €	0,00 €	
CANDIDATURA FEM	0,00 €	322.542,02 €	322.542,02 €	0,00 €	0,00 €	
Norte-04-0450-FEDER-000100 - Estradas		1.260.854,89 €	1.325.444,09 €	1.401.315,68 €	1.477.187,26 €	1.506.149,21 €
Norte – 04-0241-FEDER-00641 - PRU		1.102.435,89 €	1.107.244,80 €	1.170.388,03 €	1.260.717,47 €	956.622,00 €
Norte-04-0450-FEDER-000163-Para mobilidade		94.068,78 €	116.708,85 €	122.269,58 €	127.830,31 €	128.293,70 €
Norte-04-0450-FEDER-000159-Entrada poente		257.100,13 €	272.298,17 €	287.496,21 €	302.694,25 €	303.960,75 €
Norte – 04-0450-FEDER – 000174-VALES E COLMEIAS		648.550,23 €	791.528,50 €	825.634,25 €	848.303,77 €	453.390,37 €
NORTE – 08-0569-FEDER-000062 – Sambade Aldeia Tecnológica e Turística		203.605,53 €	278.613,66 €	279.693,23 €	279.693,23 €	0,00 €
CENTRO DE DORMAÇÃO DESPORTIVA - 2008		776.643,73 €	821.023,37 €	865.403,01 €	0,00 €	0,00 €
Estrada de ligação Eucísia - vilarelos 2008		385.454,50 €	408.128,30 €	430.802,10 €	0,00 €	0,00 €
Centro de Manutenção Física - 2005		481.971,90 €	486.971,90 €	493.214,95 €	0,00 €	0,00 €
Requalificação do Pav da ARA		39.408,80 €	39.408,80 €	39.408,80 €	0,00 €	0,00 €
Construção da Escola EB1 - 2008		855.562,48 €	866.531,24 €			
Operação FEDER - 000300 - Torre do Relógio		414.033,27 €	419.279,74 €			
Avenida de ligação Vale Telheiro-portela		682.888,61 €				
Construção de ETARs em diversas Freg. 2ª Fase		556.417,65 €				

TOTAL	8.088.113,96€	7 479 492,62 €	6 461 937,04 €	4 419 007,76 €	3 475 684,61 €
-------	---------------	----------------	----------------	----------------	----------------

Quadro 29

4.2. Análise da Demonstração de Resultados

Tendo por base a informação constante da Demonstração de Resultados do Município, no quadro abaixo, apresenta-se para os exercícios de 2015 e de 2016, a estrutura de custos e proveitos do Município, os resultados obtidos e a sua evolução naqueles períodos:

Descrição	2016		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos e Perdas:						
Custos das mercadorias vendidas e das mercadorias consumidas	189 073,94 €	2,14	128 650,79 €	1,57	60 423,15 €	46,97
Fornecimentos e Serviços Externos	1 778 241,18 €	20,13	2 051 771,31 €	25,05	-273 530,13 €	-13,33
Custos com o Pessoal	2 922 053,42 €	33,07	2 710 422,19 €	33,09	211 631,23 €	7,81
Transferências e sub. Correntes concedidos e prestações sociais	642 594,28 €	7,27	652 926,01 €	7,97	-10 331,73 €	-1,58
Amortizações do Exercício	1 347 342,45 €	15,25	1 284 200,08 €	15,68	63 142,37 €	4,92
Provisões do Exercício	0,00 €	0,00	24 530,96 €	0,3	-24 530,96 €	-100,00
Outros Custos operacionais	2 483,00 €	0,03	439,00 €	0,01	2 044,00 €	465,60
Custos e Perdas Financeiras	452 525,47 €	5,12	792 609,43 €	9,68	-340 083,96 €	-42,91
Custos e Perdas Extraordinárias	1 501 525,63 €	16,99	546 425,07 €	6,67	955 100,56 €	174,79
Total de Custos e Perdas	8 835 839,37 €	100	8 191 974,84 €	100	643 864,53 €	7,86
Proveitos e Ganhos:						
Vendas e Prestações de Serviços	401 136,72 €	4,75	374 744,29 €	4,38	26 392,43 €	7,04
Impostos e Taxas	1 259 889,21 €	14,91	1 189 976,97 €	13,89	69 912,24 €	5,88
Trabalhos para a própria entidade	84 443,02 €	1,00	188 832,42 €	2,2	-104 389,40 €	-55,28
Proveitos Suplementares	88,27 €	0,00	216,50 €	0	-128,23 €	-59,23
Transferências e subsídios obtidos	6 032 409,61 €	71,41	5 999 236,70 €	70,05	33 172,91 €	0,55
Outros Proveitos e ganhos operacionais						
Proveitos e ganhos financeiros	127 392,93 €	1,51	123 504,71 €	1,44	3 888,22 €	3,15
Proveitos Extraordinários	542 728,02 €	6,42	687 906,03 €	8,03	-145 178,01 €	-21,10
Total de Proveitos e Ganhos	8 448 087,78 €	100	8 564 417,62 €	100	-116 329,84 €	-1,36
Resultados Operacionais	896 178,56 €		900 066,54 €		-3 887,98 €	
Resultados Financeiros	-325 132,54 €		-669 104,72 €		343 972,18 €	
Resultados Correntes	571 046,02 €		230 961,82 €		340 084,20 €	
Resultados Extraordinário	-958 797,61 €		141 480,96 €		-1 100 278,57 €	
Resultado líquido do Exercício	-387 751,59 €		372 442,78 €		-760 194,37 €	

Quadro 30

A demonstração de resultados tem por objetivo apresentar o exercício, evidenciando os custos e os proveitos pela sua natureza, servindo para avaliar a aplicação dos recursos utilizados.

No que respeita à estrutura de Custos e Proveitos do Município acima apresentados é possível observar que, em 2016, do lado dos custos, apresentam na sua globalidade um aumento de 7,86% e por sua vez o lado dos proveitos demonstram uma redução de 1,36%.

Verifica-se uma redução significativa e na ordem dos 42,91%, a rubrica de “ Custos e perdas Financeiras”, fruto da renegociação dos empréstimos de MLP, no âmbito da aprovação do PAM, o que se traduziu numa significativa redução de encargos com juros.

No que respeita aos Proveitos, a rubrica que continua com maior expressão em 2016 é a de "Transferências e Subsídios Obtidos" que representa cerca de 71% do total dos proveitos. No entanto, é ainda de referir que esta rubrica comparativamente com o ano transato apresenta apenas um acréscimo de 0,55%.

A rubrica de "Impostos e Taxas" apresenta um crescimento de 5,88 % quando comparada com o anterior, e a rubrica de "Vendas e prestações de serviços", reflete um aumento de 7,04%.

Da comparação entre os custos e proveitos acima elencados foram apurados os Resultados Operacionais, Financeiros e Extraordinários que determinaram o Resultado Líquido do Exercício negativo no montante de 387.751,59 euros.

No que respeita aos Resultados Operacionais, o montante apurado em 2016 foi de 896.178,56 euros. Este representa o resultado gerado pela atividade da entidade sendo apurado pela diferença entre os Proveitos Operacionais (vendas, prestação de serviços, outros proveitos operacionais) e os Custos Operacionais (compra de mercadorias e matérias-primas, salários e encargos, custos gerais de produção e amortização do imobilizado).

5. Endividamento

5.1. Curto Prazo

A informação apresentada no quadro seguinte tem por base os dados dos balanços dos respetivos anos económicos.

Designação	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Fornecedores, c/c	0,00 €	258 715,34 €	513 646,11 €	396 820,33 €	2 175 017,74 €	1 620 653,54 €
Fornecedores – faturas em conferência	0,00 €	65 907,48 €	2 472,98 €	23 350,47 €	52 801,22 €	0,00 €
Fornecedores de imobilizado, c/c	0,00 €	0,00 €	0,00 €	61 893,40 €	0,00 €	0,00 €
Estado e Outros entes Públicos	39.646,83 €	39 909,40 €	35 625,69 €	43 612,96 €	39 496,13 €	41 943,85 €
Outros credores	94.698,38 €	142 815,33 €	246 759,02 €	691 584,86 €	766 501,54 €	932 005,18 €
Total	134.345,21 €	507 347,55 €	798 503,80 €	1 217 262,02 €	3 033 816,63 €	2 594 602,57 €

Quadro 31

Como se pode constatar pela análise do quadro supra a **divida de curto prazo apresenta uma vincada redução face aos anos anteriores, sendo de 373.002,34 de 2015 para 2016.**

5.2. Médio e Longo Prazo

No que concerne à divida de médio e longo prazo, ou seja aquela que é exigível num horizonte temporal superior a um ano, no exercício de 2016 apresenta-se o seguinte:

Designação	2016	2015	2014	2013
Empréstimos CMAF	18.619.262,44 €	19 195 016,50 €	19 926 737,84 €	19 165 732,57 €
Locações Financeiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Contribuição para o FAM	293.347,10 €	352 016,10 €		
Total	18.912.609,54 €	19 547 032,60 €	19 926 737,84 €	19 165 732,57 €

Quadro 32

Verifica-se uma redução do endividamento de médio e longo prazo no montante **634.423,06 euros**.

É importante referir que o montante referente à contribuição de cada município para o FAM não releva para o limite da dívida total prevista no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09, alterada pelas Leis n.ºs 82-D/2014, de 31/12, 69/2015, de 16/07, e 132/2015, de 4/09.

Mapa de encargos com Empréstimos 31 de Dezembro 2016:

	Amortização	Juros	Total	Dívida a 31-12-2016
Excluídos	751.096,49 €	5.505,06 €	756.601,55 €	321.501,28 €
Não excluídos	18.417.359,10 €	422.678,29 €	18.840.037,39 €	18.297.761,16 €
Total	19.168.455,59 €	428.183,35 €	19.596.638,94 €	18.619.262,44 €

Quadro 33

De referir que no âmbito da aprovação do Programa de ajustamento municipal foi efectuada a renegociação dos EML, com obtenção de visto tácito a 21 de março de 2016, deu origem a uma amortização antecipada no montante de 18.592.701,53, por substituição por outro empréstimo com melhores condições e que permitiu ao município uma redução significativa em encargos com juros.

Os quadros infra traduzem o montante de encargos efectivos e reais com empréstimos bancários que o Município possui, e evolução dos encargos de 2009 a 2016:.

Encargos efectivos:

	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009
Amortização antecipada	18.592.701,53	11 086 587,41	0,00	12 812 606,95	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização Capital	575.754,06	1 274 540,20	600 720,63	442 786,86	961 581,95	966 810,79	909 306,18	409 864,96
Juros	428.183,35	739 217,26	1 160 262,26	273 582,16	617 518,52	677 769,93	255 344,43	229 151,36
Total	19.596.638,94	13 100 344,87	1 760 982,89	13 528 975,97	1 579 100,47	1 644 580,72	1 164 650,61	639 016,32

Quadro 34-a

Encargos Reais:

	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009
Amortização Capital	575 754,06	1 274 540,20	600 720,63	442 786,86	961 581,95	966 810,79	909 306,18	409 864,96
Juros	428 183,35	739 217,26	1 160 262,26	273 582,16	617 518,52	677 769,93	255 344,43	229 151,36
Total	1 003 937,41	2 013 757,46	1 760 982,89	716 369,02	1 579 100,47	1 644 580,72	1 164 650,61	639 016,32

Quadro 34-b

Mapa da evolução da dívida de MLP e Curto Prazo a 31 de Dezembro 2016:

Designação	2016	2015	2014
Total da Dívida de MLP	18.912.609,54 €	19 547 032,60 €	19 926 737,84 €
Total da Dívida de Curto Prazo	134.345,21 €	507 347,55 €	798 503,80 €
Total Geral	19.046.954,17 €	20.054.380,15 €	20 725 241,64 €

Quadro 35

Novamente a referir, que **na Dívida de MLP está contabilizado o montante da contribuição para o FAM**, e na dívida de curto prazo, se encontra contabilizada **a dívida não orçamental (operações de tesouraria)**, que não relevam para o cálculo do limite da dívida.

Processos judiciais em curso

A 31 de dezembro de 2016, existem diversos processos judiciais em curso, conforme se pode constatar pelo mapa apresentado a seguir, tendo sido já resolvidos e pagos a maioria dos custos com os processos judiciais existentes em 2009.

Entidade Credora	NIF	Probabilidade de Reconhecimento	Situação Atual	Montante
Ladário - Sociedade de Construções, Lda.	502153229	112 236,76 €	Relativo à obra do Centro de Manutenção Física (SPA). Encontra-se pendente, com possibilidade de transação judicial.	112 236,76 €
Adolfo Manuel Videira	139992911	145 851,00 €	Ação executiva intentada pelo Sr. Adolfo Videira, na sequência da celebração de escritura pública de compra e venda de prédio rústico em véspera de eleições autárquicas de 2009. A instância encontra-se suspensa até decisão de processo de inquérito que corre termos na instância local de Macedo de Cavaleiros.	145 851,00 €
Construtora Mirandesa, Lda.	503538558	16 234,99 €	Este processo está relacionado com o fornecimento de inertes e macadame betuminoso, que não foi precedido do necessário procedimento pré-contratual. O processo ainda corre termos no tribunal.	16 234,99 €
TOTAL		274 322,75 €		274 322,75

Quadro 36

5.3.Limites da dívida total

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, adiante designado RFALEI) veio, no seu art.º 52.º, estabelecer um novo conceito no que concerne o endividamento municipal, que é o de dívida total de operações orçamentais, regendo-se pelos seguintes normativos:

- Artigo 52.º - Definição do limite da dívida total que não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores;
- O n.º 2 do art.º 52.º do RFLAEI - A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Limite da dívida total para o ano de 2016:

Receita Correntes 2013	Receitas Correntes 2014	Receitas Correntes 2015	Total das Receitas Correntes (2013-2015)	Média (dos 3 anos)	Limite (2016) =1,5*media (dos 3 anos)
6 637 796,00 €	6 731 988,00 €	7 090 117,00 €	20 459 901,00 €	6 819 967,00 €	10 229 950,50 €

Quadro 37

Apuramento da Dívida Total do Município em 31/12/2016

Municípios	Limite da dívida total (RFAL)	Dívida total Excluindo dívidas não Orçamentais e FAM	Valor em Excesso	
	1	2	(3)=(2)-(1)	
01/01/2016	10 229 950,33 €	19 557 316,00 €	9 327 365,68 €	
31/01/2016	10 229 950,33 €	19 467 203,82 €	9 237 253,50 €	
30/06/2016	10 229 950,33 €	19 445 057,70 €	9 215 107,38 €	
31/08/2016	10 229 950,33 €	19 297 503,90 €	9 067 553,58 €	
30/09/2016	10 229 950,33 €	19 198 412,31 €	8 968 461,99 €	
31/10/2016	10 229 950,33 €	19 015 211,94 €	8 785 261,62 €	
30/11/2016 (Previsão)	10 229 950,33 €	18 775 689,28 €	8 545 738,96 €	
20/12/2016 (PREVISÃO)	10 229 950,33 €	18 629 262,44 €	8 399 312,12 €	
31/12/2016 (provisorio)	10 229 950,33 €	18 620 427,05 €	8 390 476,72 €	
Redução obrigatorio 10%			932 736,57	10,00
Redução / Aumento verificado			936 888,96	10,04

Quadro 38

Como se pode verificar pelo quadro supra apresentado, cumpre-se a redução imposta na alínea a) do nº 3 do art.º 52 da Lei nº73/2013, de 3/9 (Regime financeiro das autarquias locais das entidades intermunicipais).

5.4. Valores a Receber de Terceiros

A Câmara Municipal para a satisfação das necessidades dos munícipes fornece-lhes um conjunto de bens e serviços mediante o pagamento de um determinado valor. Contudo nem sempre esse pagamento é atempadamente, ou seja, verifica-se o fornecimento do bem ou prestação do serviço sem que se receba a correspondente contrapartida monetária.

Em termos contabilísticos os valores a receber de terceiros estão repartidos entre "Contribuintes c/c e Utentes c/c. Considerando-se como tal todos os devedores de impostos ou taxas a pagar à autarquia, e os utilizadores dos serviços autárquicos.

Quando as dívidas se encontram em mora há mais de 12 meses são contabilisticamente considerados como "Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa".

Descrição	2016	2015	2014	2013	2012
Clientes c/c	43.737,90 €	43.130,40 €	116.213,73 €	153.418,25 €	220.000,00 €
Contribuintes c/c	1.954.712,10 €	1.722.247,62 €	1.489.904,20 €	1.257.601,15 €	478.071,18 €
Utentes c/c	19.778,91 €	22.954,06 €	23.457,06 €	71.091,06 €	30.310,92 €
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	22.558,56 €	88.417,09 €	72.376,56 €	46.850,12 €	22.687,40 €
Estado e Outros entes Públicos	73.848,99 €	21.343,12 €	95.970,33 €	88.918,70 €	73.579,28 €
Outros devedores	89.096,69 €	466.111,34 €	933.086,98 €	662.247,37 €	577.101,17 €
TOTAL	2.203.733,15 €	2.364.203,83 €	2.731.008,86 €	2.280.126,65 €	1.401.749,95 €

Quadro 39

Importa ainda analisar os valores que o Município de Alfândega da Fé tem a receber relativo a transferências de outras entidades.

No que se refere ao contabilizado em “Estado e outros entes públicos”, refere-se ao apuramento do IVA, que o Município tem a recuperar.

Na rubrica Contribuintes c/c, estão reflectidas, as taxas de ocupação de subsolo imputadas as Águas de Trás-os-Montes/ Águas do Norte, referentes ao anos de 2011 a 2016.

Como a empresa não procedeu ao pagamento das respectivas taxas, o Município através de processo judicial efectuou a Impugnação da taxa de ocupação do subsolo da empresa referenciada. Sendo que os valores em dívida já perfazem o montante de € 1.405.624,40.

6. GRANDES OPÇÕES DO PLANO

6.1. Plano Plurianual de Investimento

O Plano Plurianual de Investimento (PPI) apresenta-se num horizonte de quatro anos, e constitui um elemento primordial e estruturante das políticas macroeconómicas da autarquia, onde são definidas e enquadradas as linhas estratégicas da gestão municipal. No PPI são incluídos todos os projetos de investimento a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos pela autarquia.

OBJETIVO		MONTANTE	MONTANTE	% Exec. Fin. Anual (a)
Programa	Descrição	Ano	Ano	
1.	Funções gerais	203 214,76 €	199 904,14 €	98,37%
1.1.	Serviços gerais de administração pública	203 214,76 €	199 904,14 €	98,37%
1.1.1.	Administração geral	203 214,76 €	199 904,14 €	98,37%
1.2.	Segurança e ordem públicas	- €	- €	0,00%
1.2.1.	Proteção civil e luta contra incêndios	- €	- €	0,00%
2.	Funções sociais	263 304,43 €	233 898,77 €	88,83%
2.1.	Educação	86,75 €	56,00 €	64,55%
2.1.1.	Ensino não superior	86,75 €	56,00 €	64,55%
2.4.	Habitação e serviços colectivos	258 298,11 €	229 200,70 €	88,73%
2.4.2.	Ordenamento do território	123 946,64 €	123 869,16 €	99,94%
2.4.3.	Saneamento	19 385,50 €	19 169,70 €	98,89%
2.4.4.	Abastecimento de Água	111 150,06 €	82 345,93 €	74,09%
2.4.6.	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	3 815,91 €	3 815,91 €	100,00%
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos	4 919,57 €	4 642,07 €	94,36%
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	2 736,75 €	2 736,75 €	100,00%
2.5.3.	Outras actividades cívicas e religiosas	2 182,82 €	1 905,32 €	87,29%
3.	Funções económicas	94 237,09 €	84 872,12 €	90,06%
3.1.	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	25 993,31 €	25 252,85 €	97,15%
3.2.	Indústria e energia	18 066,25 €	18 012,52 €	99,70%
3.3.	Transportes e comunicações	50 177,53 €	41 606,75 €	82,92%
3.3.1.	Transportes rodoviários	50 177,53 €	41 606,75 €	82,92%
4.	Outras funções	9 932,02 €	9 932,02 €	100,00%
4.3.	Diversas não especificadas	9 932,02 €	9 932,02 €	100,00%
TOTAL GERAL :		570 688,30 €	528 607,05 €	92,63%

Quadro 40

6.1. Plano Atividades Municipais

O PAM apresenta-se estruturado de acordo com a classificação funcional, conforme consta do ponto 10 do POCAL, pelo que se apresenta a seguir a sua execução por funções:

OBJETIVO		MONTANTE PREVISTO	MONTANTE EXECUTADO	% Exec. Fin.
Programa	Descrição	Ano	Ano	Anual (a)
1.	Funções gerais	491 249,58 €	489 419,79 €	99,63%
1.1.	Serviços gerais de administração pública	388 493,02 €	386 663,23 €	99,53%
1.1.1.	Administração geral	388 493,02 €	386 663,23 €	99,53%
1.2.	Segurança e ordem públicas	102 756,56 €	102 756,56 €	100,00%
1.2.1.	Proteção civil e luta contra incêndios	102 756,56 €	102 756,56 €	100,00%
2.	Funções sociais	1 189 808,99 €	1 169 749,94 €	98,31%
2.1.	Educação	185 361,74 €	171 519,27 €	92,53%
2.1.1.	Ensino não superior	185 361,74 €	171 519,27 €	92,53%
2.3.	Segurança e acção sociais	18 970,00 €	18 846,08 €	99,35%
2.3.2.	Acção social	18 970,00 €	18 846,08 €	99,35%
2.4.	Habitação e serviços colectivos	777 766,51 €	774 686,39 €	99,60%
2.4.1.	Habitação	26 571,80 €	26 571,80 €	100,00%
2.4.2.	Ordenamento do território	19 778,40 €	19 778,40 €	100,00%
2.4.3.	Saneamento	185 786,85 €	185 786,85 €	100,00%
2.4.4.	Abastecimento de Água	328 311,41 €	325 231,29 €	99,06%
2.4.5.	Resíduos sólidos	217 318,05 €	217 318,05 €	100,00%
2.4.6.	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	- €	- €	0,00%
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos	207 710,74 €	204 698,20 €	98,55%
2.5.1.	Cultura	39 074,26 €	38 561,72 €	98,69%
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	114 926,48 €	112 426,48 €	97,82%
2.5.3.	Outras actividades cívicas e religiosas	53 710,00 €	53 710,00 €	100,00%
3.	Funções económicas	497 096,76 €	496 339,03 €	99,85%
3.2.	Indústria e energia	241 700,06 €	241 700,06 €	100,00%
3.4.	Comércio e turismo	113 196,70 €	112 438,97 €	99,33%
3.4.1.	Mercados e feiras	112 827,70 €	112 069,97 €	99,33%
3.4.2.	Turismo	369,00 €	369,00 €	100,00%
3.5.	Outras funções económicas	142 200,00 €	142 200,00 €	100,00%
4.	Outras funções	805,00 €	805,00 €	100,00%
4.3.	Diversas não especificadas	805,00 €	805,00 €	100,00%
TOTAL GERAL :		2 178 960,33 €	2 156 313,76 €	98,96%

Quadro 41

7. Conclusão

7.1. Proposta para aplicação do Resultado líquido do exercício

A aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo.

No início de cada exercício, o resultado do exercício anterior é transferido para a conta 59 – “Resultados transitados”.

Apresentando-se o resultado líquido do exercício negativo no montante de 387.751,59 euros, propõe-se a sua aprovação e que o mesmo seja levado à Conta 59 – Resultados transitados, visto que esta apresenta saldo negativo, nos termos do disposto no ponto 2.7.3 do POCAL.

Resultado Líquido do Exercício -----(387.751,59 €)

7.2. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Nada a Relatar.

ANEXOS

Nº	DESIGNAÇÃO	CÓDIGO POCAL	GRUPO 1
1	• Balanço	5	X
1.1	• Mapa A		X
1.2	• Mapa B		X
2	• Demonstração de resultados	6	X
2.1	• Demonstração Resultados Financeiros		X
2.2	• Demonstração de Resultados Extraordinários		X
3	• Grandes Opções do Plano	7.1	X
3.1	• PAM		
3.2	• PPI		
4	• Orçamento (Resumo)	7.2	X
5	• Orçamento da Receita e da Despesa	7.2	X
6	• Controlo orçamental da despesa	7.3.1	X
7	• Controlo orçamental da receita	7.3.2	X
8	• Execução do Plano plurianual de investimentos	7.4	X
9	• Fluxos de caixa	7.5	X
10	• Contas de ordem	7.5	X
11	• Operações de tesouraria	7.6	X
12	• Mapa dos descontos, retenções		X
13	• Mapa das entregas dos descontos e retenções		X
14	• Caracterização da entidade	8.1	X
14.1	✓ Organograma de organização dos Serviços		X
14.2	✓ Regulamento		
15	• Notas ao balanço e à demonstração de resultados	8.2	X
16	• Modificações do orçamento - receita	8.3.1.1	X
17	• Modificações do orçamento - despesa	8.3.1.2	X
18	• Modificações ao Plano plurianual de investimentos	8.3.2	X
19	• Contratação administrativa - Situação dos contratos	8.3.3	X
20	• Transferências correntes - despesa	8.3.4.1	X
21	• Transferências de capital - despesa	8.3.4.2	X
22	• Subsídios concedidos	8.3.4.3	X
23	• Transferências correntes - receita	8.3.4.4	X
24	• Transferência de capital - receita	8.3.4.5	X
25	• Subsídios obtidos	8.3.4.6	X
26	• Ativos de rendimento fixo	8.3.5.1	X
27	• Ativos de rendimento variável	8.3.5.2	X
28	• Empréstimos	8.3.6.1	X
29	• Outras dívidas a terceiros	8.3.6.2	X
30	• Encargos assumidos e não pagos		X
31	• Certidões da Receitas		X
32	✓ Guia de remessa		X
33	✓ Ata da reunião em que foi discutida e votada a conta		
34	✓ Norma de controlo interno e suas alterações	2.9	X
35	✓ Resumo Diário de Tesouraria	12.2.9	X
36	✓ Síntese das reconciliações bancárias		X
37	✓ Mapa de Fundos de Maneio		X
38	✓ Relação de emolumentos notariais e custas de execuções fiscais		X
39	✓ Relação de acumulação de funções		X
40	✓ Relação nominal de responsáveis		X
41	✓ Mapa de Leasings		
	✓		
	Outros documentos:		
42	✓ Ficha do Município 2016		
43	Contabilidade Analítica: ✓ Balancete Analítico por funções		
	RESOLUÇÃO N.º 6/2013 DO TRIBUNAL DE CONTAS - ANEXO 1		
44	✓ Mapa Das Participações Da Entidade - Município De Alfândega Da Fé		
45	Declarações Plurianuais		

Quadro 43